

O Plano de Expansão Universitária e suas dificuldades em relação a valores

The University Expansion Plan and its difficulties in relation to values

Lídia Ferreira Mariano da Paz^{1*}, Miria Aparecida Espirito Santo ¹², Gustavo Melo Silva ²¹,
André Luís Bertassi ³¹

RESUMO

O estudo tem por objetivo dissertar sobre a expansão universitária no Brasil destacando as políticas públicas. Os objetivos específicos dissertam sobre o ensino universitário no Brasil em seu contexto histórico; explanam sobre as instituições superiores e a relação com o Estado, e, apresentam os benefícios para a sociedade. O método adotado foi um estudo bibliográfico, qualitativo, exploratório visando o desenvolvimento do tema. Os benefícios da expansão universitária para a sociedade configuraram como a busca por justa condição de igualdade da população, apesar de que, ainda há muito que ser ampliado para o atendimento da demanda social. Porém, vale ressaltar que, as oportunidades para a inserção no mercado estão cada vez mais voltadas para pessoas qualificadas, e, assim, a inserção nas universidades é considerada como um dos fatores avaliados. Dessa maneira, salienta-se que, a expansão universitária propicia benefícios às classes desfavorecidas. Mesmo havendo disputa em razão das vagas serem insuficientes para o atendimento da demanda, há de salientar que, os esforços estão sendo realizados por meio de programas governamentais como parte de suas ações referentes às políticas públicas.

Palavras-chave: Instituição Superior de Ensino (IES); Estado; Sociedade; REUNI.

ABSTRACT

The study aims to dissertate on university expansion in Brazil highlighting public policies. The specific objectives dissertate on university education in Brazil in its historical context; explain about the higher institutions and the relationship with the State, and present the benefits for society. The method adopted was a bibliographical, qualitative, exploratory study aimed at developing the theme. The benefits of university expansion for society are configured as the search for a fair condition of equality for the population, although there is still much to be expanded to meet the social demand. However, it is worth pointing out that the opportunities for market insertion are increasingly directed to qualified people, and, thus, insertion in universities is considered as one of the evaluated factors. In this way, the university expansion brings benefits to the disadvantaged classes. Even though there are disputes due to insufficient vacancies to meet the demand, it must be emphasized that efforts are being made through government programs as part of their actions regarding public policies.

Keywords: Higher Education Institution (IES); State; Society; REUNI.

¹Programa de Pós Graduação em Administração Pública (PROFIAP), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

*E-mail: lidia.paz@ufs.edu.br

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que se caracteriza por um desenvolvimento significativo em todos os seus setores desde o seu descobrimento. As conquistas políticas e educacionais são ressaltadas em diferentes momentos desencadeando o entendimento frente às ações que são realizadas para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do país. (SILVA, 2011).

Em se tratando das Instituições de Ensino Superior (IES), destaca-se o fato de que, desde a fundação da primeira universidade brasileira até os dias atuais, avanços foram constatados, saindo de uma ideologia baseada nos ensinamentos religiosos para uma ideologia voltada para o desenvolvimento da economia do país (VIEIRA; ZOUAIN, 2015).

Os incentivos por parte do governo, referente às políticas públicas educacionais e sociais permitem com que o acesso ao ensino superior venha se tornando um sonho possível para vários estudantes que não encontram perspectivas frente a sua realidade social (SALES *et al.*, 2019).

Neste sentido, o problema apresentado para este estudo se refere ao questionamento sobre a relevância da expansão universitária no Brasil, com o intuito de compreender a sua importância para o desenvolvimento da sociedade.

O objetivo geral do estudo visa dissertar sobre a expansão universitária no Brasil destacando as políticas públicas apresentadas. Os objetivos específicos buscam dissertar sobre o ensino universitário no Brasil em seu contexto histórico; explicar sobre as instituições superiores e a relação com o Estado, e, apresentar de maneira reflexiva os benefícios da expansão universitária para a sociedade como um todo.

Justifica a escolha do tema frente à possibilidade de abertura de discussão sobre o ensino universitário brasileiro com ênfase nas políticas públicas implantadas e os benefícios dessa expansão para a sociedade, permitindo que os profissionais analisem a relação entre a educação e o desenvolvimento social.

A estrutura do estudo se apresenta em um primeiro momento a introdução, com o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa de seu desenvolvimento. Em um segundo momento, apresenta-se o referencial teórico, com os conceitos referentes ao tema abordado, embasando-se em autores que dissertam sobre o tema proposto. Em seguida, o método utilizado para a realização do estudo. A análise e discussão dos resultados das pesquisas realizadas com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Na

sequência as considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas que embasam a pesquisa realizada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

No fim do século XII e início do século XIII, na Europa, inicia-se a história das Instituições de Ensino Superior (IES), sendo estas compostas neste período por mestres e discípulos ligados à Igreja Católica, sendo consideradas instituições de atendimento à elite, com a finalidade de formar intelectualmente os filhos dos nobres (CUNHA, 2011). No século XV, com a evolução do pensamento da sociedade, o ensino superior passa a ser discutido tendo como foco o seu objetivo voltado para a profissionalização dos educandos, destacando este ensino como um fator primordial para a aplicação, uso e rentabilidade em benefício dos interesses da sociedade que se encontrava em expansão mercantil (FRIGOTTO, 2019)

Impulsionada pelas transformações mercantilistas, as Instituições de Ensino Superior (IES), passaram por transformações significativas ao longo dos séculos, vislumbrando a formação dos estudantes voltando-se para os conhecimentos relacionados à profissionalização. Dessa maneira, Cunha (2011, p. 17), comenta que, as Instituições de Ensino Superior (IES) adquiriram o status de “um lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classes governamentais”.

Esse rompimento com as ideologias e práticas efetivadas pela Igreja Católica, propiciou às instituições de curso superior maior liberdade frente aos conteúdos ministrados, vislumbrando a formação dos alunos voltando-se para o atendimento de toda a sociedade em suas necessidades (CHAVES; MENDES, 2019).

No Brasil colônia, o ensino superior inicia no século XVII, que foi ministrado pelos jesuítas, apresentando como formação estudos relacionados à Filosofia e Teologia. Já no século XVIII, iniciou-se a formação superior voltada para a profissionalização, seguindo os moldes europeus, o qual se apresentava influenciado principalmente pelo movimento da Revolução Industrial inglesa (AGAPITO, 2017).

No século XX, frente à evolução do conceito universitário, e, principalmente

após o período da segunda guerra mundial, a exigência referente à pesquisa voltada para o desenvolvimento econômico social, propiciou a criação de novos rumos para o desenvolvimento do ensino superior, desencadeando uma nova visão sobre a profissionalização e a concepção da necessidade do atendimento do mercado visando à expansão econômica do país (GOMES, 2011).

Para Bottoni, Sardano; Costa Filho (2013, p. 17), o desenvolvimento do ensino superior brasileiro pode ser dividido em dois períodos, sendo eles, “o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e, segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, dentre outras”. Além disso, de acordo com os autores, a história da universidade no Brasil é relativamente recente, quando comparadas às universidades da Europa.

Na década de 1930, a junção das escolas superiores de formação profissional surgiu às universidades públicas brasileiras, sendo que, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, sendo o marco das Instituições de Ensino Superior (IES) na condição de oferta pública a nível superior a população brasileira, que permitiu a criação de outras universidades pelos Estados brasileiros (DUARTE, 2014).

Em 1970, a expansão das instituições de ensino superior foi constatada significativamente, tanto em relação às públicas, quanto as privadas sem fins lucrativas, que são identificadas como sendo aquelas que a finalidade se apresenta exclusivamente para atividades de ensino sem a atuação efetiva no campo de pesquisa e pós-graduações (SALES *et al.*, 2019).

Vale ressaltar que, o quantitativo de instituições superiores de cunho privado que se destacou foi resultante da ausência de vagas nas instituições públicas que atendesse a demanda apresentada pela população que queria ingressar no ensino superior, o que contribuiu para que as instituições privadas ampliassem o seu campo de atuação (RODRIGUES, 2011).

Na década e 1996, com a alteração realizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), A Lei 9394/96, permitiu a criação das Instituições Superiores de Ensino com finalidade lucrativa, o que possibilitou a criação no Brasil de universidades de capital aberto com sociedade de grupos financeiros e instituições estrangeiras (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013).

A partir da década de 2000, ocorre a expansão significativa das universidades no cenário brasileiro, com a implementação de políticas públicas que buscaram reduzir

as desigualdades de acesso da população ao ensino superior, permitindo o avanço em relação à criação de novas instituições tanto públicas, quanto privadas com a finalidade de promover o desenvolvimento educacional, que reflete no processo de transformação da sociedade (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013).

O PAPEL DO ESTADO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Na primeira década dos anos 2000, de acordo com Agapito (2017, p. 131), “foram observadas a intensificação da expansão da oferta da educação superior e a implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos viabilizando o aumento do número de matrículas no ensino superior nas Instituições de Ensino Superior públicas e manteve-se o crescimento de Instituições de Ensino Superior privadas”. A expansão da rede federal de educação superior iniciou no ano de 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais (TREVISAN, 2019). Para Ferreira; Oliveira; Santos (2016), o crescimento do quantitativo das universidades pode ser dividido em três períodos, sendo eles, compreendido entre 2003 e 2007 com a instalação das universidades e campi em regiões não metropolitanas; entre 2008 e 2012, com a criação do REUNI; e, entre 2012 a 2014 por meio da continuidade da expansão de novas universidades e campis, além da implantação das políticas específicas de desenvolvimento regional.

O acesso à educação durante os períodos mencionados evidenciou a busca por novas oportunidades de profissionalização da sociedade, atendendo as necessidades do desenvolvimento econômico em todas as regiões do país, sendo sempre embasadas no discurso político e em ideologias relacionadas ao desenvolvimento do país (RODRIGUES, 2011).

Agapito (2017, p. 131) comenta que, dados do Ministério da Educação evidenciaram a lógica da expansão do ensino superior com investimento do capital privado, com maior ênfase na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, seguidas pelas áreas de Educação e Engenharia de Produção e Construção, e pela área de Saúde e Bem-Estar Social. Sobre a expansão da educação superior, Agapito (2017) comenta que:

A expansão da educação superior faz parte do conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI); O

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (AGAPITO, 2017, p. 132).

De acordo com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pela Lei n.11.096, em 13 de janeiro de 2005, tendo como finalidade conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, em cursos de formação específica (PROUNI, 2017). O fundo do Financiamento Estudantil (FIES) tem por objetivo o financiamento da graduação no Ensino Superior para estudantes de IES privadas, sendo elas na modalidade presencial ou à distância, que apresentem avaliação positiva no Ministério da Educação (FIES, 2016). A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é definida como sendo um sistema que integra as universidades públicas com a oferta de cursos de formação a nível superior à distância para alunos que apresentam dificuldades de acesso ao Ensino Superior presencial (GOMES; MACHADO-TAYLOR; SARAIVA, 2018).

Com o objetivo de atender a demanda de estudantes que almejavam ingressar nas instituições de ensino superior, foi criado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com a finalidade de ampliação do acesso e permanência dos alunos na educação superior (REUNI, 2016). O referido decreto estabeleceu que:

Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007)

A proposta referente ao REUNI, buscou a princípio, ser uma universidade modernizada, em que a proposta se apresentava em não seguir o modelo das universidades americanas e nem europeias. De acordo com Trevisan (2019, p. 50), o REUNI apresentou como diretrizes a viabilização de um pacto entre o governo, instituições de ensino e sociedade, visando à elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade da educação superior no Brasil”. Ainda de acordo com o autor, a elevação da taxa de conclusão resultaria de uma administração eficiente das vagas ociosas, facilitada

pela flexibilidade curricular e um favorecimento da mobilidade estudantil entre cursos e instituições diferentes, com aproveitamento de créditos.

Para tanto, faz-se relevante comentar que, a demanda de jovens que busca o ingresso ao ensino superior precisava ser avaliada, evidenciando a construção de políticas que promovessem essa inserção de maneira a priorizar as necessidades dos cidadãos. Faz-se relevante o entendimento de que o REUNI surge como sendo uma política pública com o objetivo de promover o ingresso da população no ensino superior (SILVA, 2011).

Sobre o REUNI, o autor Alves Júnior (2018), ainda esclarece que:

As dimensões do programa abrangem a ampliação da oferta de educação superior pública, a reestruturação acadêmico-curricular; a renovação pedagógica da educação superior; a mobilidade intrainstitucional e interinstitucional; o compromisso social das instituições de ensino e o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, visando absorver a demanda existente no país. O decreto é um convite à reestruturação e expansão, com um apelo sedutor, uma vez que é “condicionado ao atendimento das propostas à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”. É evidente a preocupação das autoras acerca do repasse dos recursos disponíveis e suas condicionalidades, a saber o cumprimento das metas determinadas pelo decreto, sintetizadas anteriormente (ALVES JÚNIOR, 2018, p. 15).

Trevisan (2019) comenta que, a liberação das verbas para as instituições públicas seria vinculada aos acordos firmados com o Ministério da Educação (MEC), o que levou à indução das universidades a comporem o REUNI e formularem os seus planos de metas. A adesão ao REUNI, por meio da apresentação das metas das universidades, foi o fator crucial para que fossem repassadas pelo Governo Federal as verbas para a manutenção da modalidade de ensino, as quais são vinculadas ao cumprimento das metas apresentadas, condicionando a liberação dos recursos.

Para outros estudiosos como, Chaves; Mendes (2019, p. 07), o REUNI trata-se de um modelo de gestão inspirado na atividade empresarial, cuja intenção é a transferência da administração para uma estrutura tecno-gestionária, em que o Estado passa a ser visto como um parceiro que contratualiza com as universidades, estabelecendo contratos de gestão, por meio de acordos e metas.

Para Frigotto (2011, p. 250), a universidade pública mediante as propostas apresentadas pelo Governo, tornou-se uma instituição social ligada ao mercado; tal constatação se faz em relação à perda de sua referência à esfera pública e o seu

direcionamento ao mercado, “a universidade neste viés, perde a sua autonomia intelectual, institucional e financeira, e, por isso, a sua produção passou a ser medida e avaliada em função dos critérios de produtividade que são utilizados pelas organizações no mercado”.

Dessa maneira, constata-se que, através das políticas públicas propostas pelo governo a inserção dos alunos nas Instituições de Ensino Superior foi ampliada, promovendo a oportunidade para vários cidadãos que não tinham condições de continuarem os seus estudos, o que também não era considerado favorável frente ao desenvolvimento econômico, social, cultural da sociedade brasileira (ALVES JÚNIOR, 2019).

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

A sociedade brasileira convive com a característica evidenciada pela desigualdade entre as classes sociais, não permitindo que todos os cidadãos tenham a mesma oportunidade de acesso às instituições de ensino superior, prejudicando o desenvolvimento social igualitário, tendo como embasamento o Estado Democrático.

A extensão universitária, segundo Duarte (2014, p. 57), “é uma oportunidade para que a o extensionista tenha contato com aqueles para os quais está repassando a informação, e certamente a inserção dos estudantes em projetos de extensão, durante o processo de formação dos acadêmicos nos cursos universitários”. Além disso, Síveres (2013), em relação à extensão universitária, comentou que:

A Extensão Universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso de aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos instituídos e instituintes, e, pelos resultados individuais e coletivos (SÍVERES, 2013, p. 20).

A relevância frente aos benefícios da extensão universitária configura-se no fato de inserir o estudante em uma dimensão profissional, capacitando-o para a inserção no mercado de trabalho de forma a possibilitar a sua competitividade em forma de igualdade com os alunos que possuem melhores condições financeiras (ALVES JÚNIOR,

2019).

O mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais exigente e competitivo, sendo essencial a profissionalização dos jovens e adultos para concorrerem aos cargos que são disponibilizados. No entanto, em razão dessa exigência de capacitação, os indivíduos que não possuem recursos para custear as universidades privadas, ficam em desvantagens, frente às vagas nas universidades públicas que ainda não atendem de maneira satisfatória a demanda da sociedade (FRIGOTTO, 2019).

Por meio das políticas públicas implementadas pelo governo, como os financiamentos, o REUNI, dentre outras, as possibilidades frente à melhoria das condições dos estudantes se apresentaram ampliada, oportunizando a concorrência pelas vagas nas Instituições de Ensino Superior públicas (GOMES; MACHADO-TAYLOR; SARAIVA, 2018). Com a ampliação das vagas nas universidades públicas, a sociedade passou a se desenvolver em suas diferentes classes sociais, permitindo com que, alunos que não possuíam condições de darem continuidade em seus estudos, a sonharem com o curso universitário (SÍVERES, 2013).

Frigotto (2018) comenta ainda que, a melhoria da qualidade de vida da sociedade, frente à possibilidade de melhoria do setor educacional configura-se como sendo um dos benefícios que é alcançado com a extensão universitária.

Sendo assim, admite-se que, os benefícios em relação à extensão universitária vêm sendo vista como um avanço em relação à redução das diferenças sociais de oportunidades, além de contribuir para a formação dos indivíduos que buscam a sua colocação no mercado de trabalho e necessitam de sua formação profissional para o alcance desse objetivo.

METODOLOGIA

O método adotado durante a pesquisa configurou-se como sendo um estudo de revisão bibliográfica, qualitativa, exploratória vislumbrando o desenvolvimento do tema proposto.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo apresentou uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2012), configurou-se como sendo a pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Sobre a natureza qualitativa da pesquisa, Creswell (2010) explica que, trata-

se de uma investigação onde as estratégias escolhidas têm influência sobre os procedimentos. Para Denzin; Lincoln (2016), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Vieira; Zouain (2015) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A expansão das universidades no cenário brasileiro foi marcada por inúmeras lutas e reivindicações frente à redução da desigualdade de oportunidades de continuação dos estudos da população brasileira, evidenciando a relevância dentro de um Estado Democrático da possibilidade igualitária de condições de inserção no processo de transformação social, bem como no mercado de trabalho, o que também contribui para o desenvolvimento econômico do país (SALES *et al.*, 2019).

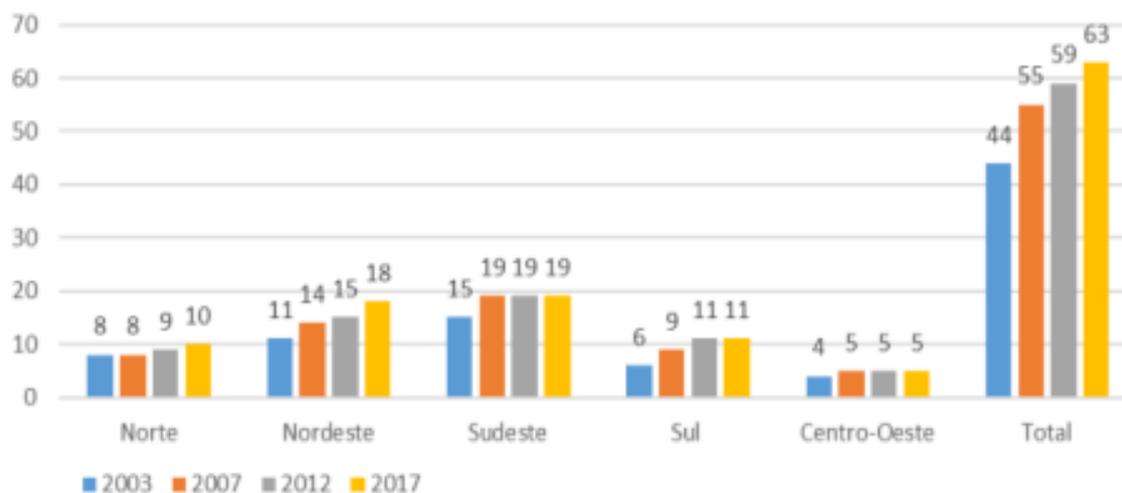
A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela extensão universitária ao proporcionar o diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio educativas que priorizam a superação das condições de desigualdades e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (SILVA, 2011, p. 2).

Segundo Silva (2011), há um fortalecimento da relação universidade-sociedade, quando acontece um desenvolvimento de ações que possibilitem contribuições aos cidadãos; conseqüentemente, acontecem benefícios às duas partes; a extensão proporciona um saber diferenciado, focado para a sociedade que ganha, também porque ocorre a melhoria na qualidade de vida.

Trevisan (2019) em seus estudos destaca a expansão da universidade federais nos três períodos apresentados, entre 2003 a 2017, evidenciando que as políticas implementadas pelo governo possibilitaram a abertura de novos acessos ao ensino superior com a criação de novas Instituições de Ensino. Assim, a Fig. 01, apresenta os

dados quantitativos da expansão universitária no Brasil.

Figura 1: Universidades Federais – por região (2003 – 2017).



Fonte: TREVISAN (2019, p. 52)

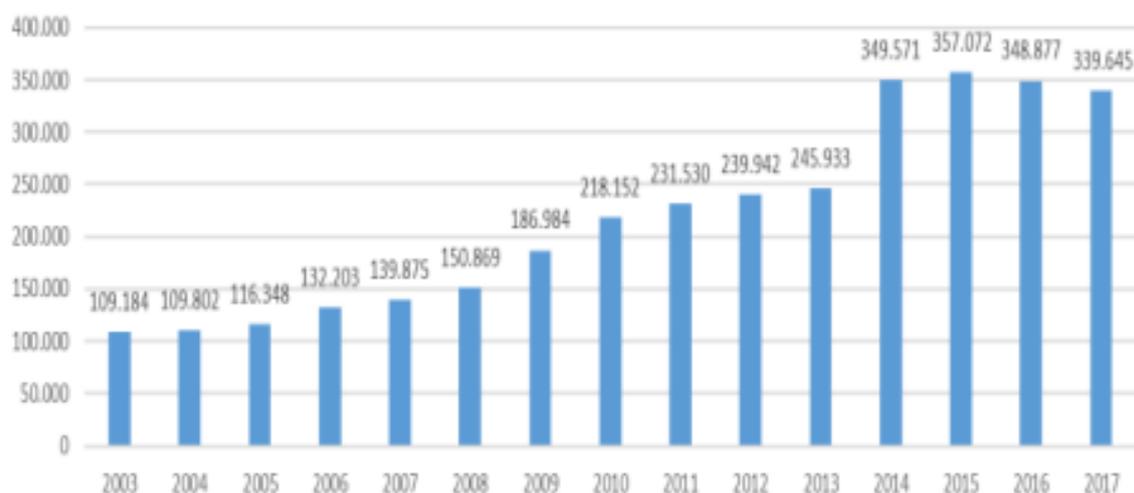
Após a criação das políticas públicas de desenvolvimento da educação brasileiras focando neste estudo as Instituições de Ensino Superior (IES), destaca-se o fato de que, a abertura de novas vagas nas universidades foi significativa, demonstrando que, em quatorze anos, o quantitativo de universidades se demonstrou expressivo, destacando as regiões nordeste e sudeste que ampliaram significativamente o número de instituições de curso superior (FRIGOTTO, 2018). Os benefícios desta expansão universitária para a sociedade configuraram como sendo a busca pela justa condição de igualdade entre a população brasileira, apesar do aspecto de que, ainda há muito que ser ampliado para o atendimento da demanda da sociedade. No entanto, vale salientar o fato de que, as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho estão cada vez mais voltadas para pessoas que apresentam qualificação profissional, e, nesse sentido, a inserção nas universidades passa a ser considerado como um dos fatores avaliados (SALES *et al.*, 2019).

Dessa maneira, salienta-se que, a expansão universitária propicia benefícios principalmente às classes sociais menos favorecidas. Mesmo havendo muita disputa em razão das vagas serem insuficientes para o atendimento da demanda, há de salientar que, os esforços estão sendo realizados por meio dos programas fornecidos pelo governo como parte de suas ações referentes às políticas públicas (TREVISAN, 2019).

A Fig. 2 apresenta os dados referentes às vagas oferecidas pelas universidades

federais no período de 2003 a 2007, impulsionadas pelo REUNI.

Figura 2: Número de vagas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior Federal/ ano.



Fonte: TREVISAN (2019, p. 54)

Durante o período da implantação do REUNI (2007-2012), ocorreu um crescimento de aproximadamente 72% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial nas universidades federais, um aumento de aproximadamente cem mil vagas (TREVISAN, 2019, p. 53). Ainda de acordo com o autor, a expansão das Instituições de Ensino Superior, concretizou-se no aumento significativo do número de alunos matriculados entre os anos de 2007 a 2016, sendo constatado cerca de mais de quinhentos mil alunos nas universidades federais.

Sendo assim, foi possível compreender que a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) vem sendo considerada um avanço em benefício da sociedade, o que também reflete no desenvolvimento do país em promover aos cidadãos a continuidade de seus estudos frente ao objetivo da profissionalização (VIEIRA; ZOUAIN, 2015).

Toda a trajetória das universidades brasileiras desencadeia a percepção dos avanços já alcançados na educação brasileira, o que para muitos pesquisadores, como Trevisan (2019), Chaves; Mendes (2019) se apresenta como sendo de fundamental importância para o progresso da sociedade, permitindo com que dessa maneira, seja possível o acesso à educação por todos os cidadãos, como rege a Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado referente à extensão universitária e a relação com o Estado e a sociedade foi considerado que, a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) vem sendo considerada um avanço em benefício da sociedade, o que também reflete no desenvolvimento do país em promover aos cidadãos a continuidade de seus estudos frente ao objetivo da profissionalização.

Os dados do Ministério da Educação evidenciaram a lógica da expansão do ensino superior com investimento do capital privado, com maior ênfase na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, seguidas pelas áreas de Educação e Engenharia de Produção e Construção, e pela área de Saúde e Bem-Estar Social.

A extensão universitária é uma oportunidade para que o extensionista tenha contato com aqueles para os quais está repassando a informação, e certamente a inserção dos estudantes em projetos de extensão, durante o processo de formação dos acadêmicos nos cursos universitários.

O mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais exigente e competitivo, sendo essencial a profissionalização dos jovens e adultos para concorrerem aos cargos que são disponibilizados. No entanto, em razão dessa exigência de capacitação, os indivíduos que não possuem recursos para custear as universidades privadas, ficam em desvantagem, frente às vagas nas universidades públicas que ainda não atendem de maneira satisfatória a demanda da sociedade. Os benefícios desta expansão universitária para a sociedade configuraram como sendo a busca pela justa condição de igualdade entre a população brasileira, apesar do aspecto de que, ainda há muito que ser ampliado para o atendimento da demanda da sociedade. No entanto, vale salientar o fato de que, as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho estão cada vez mais voltadas para pessoas que apresentam qualificação profissional, e, nesse sentido, a inserção nas universidades passa a ser considerado como um dos fatores avaliados.

Dessa maneira, salienta-se que, a expansão universitária propicia benefícios principalmente às classes sociais menos favorecidas. Mesmo havendo muita disputa em razão das vagas serem insuficientes para o atendimento da demanda, há de salientar que, os esforços estão sendo realizados por meio dos programas fornecidos pelo governo como parte de suas ações referentes às políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, v. 16, n. 32, 2017.

ALVES JÚNIOR, E.O. **O REUNI e a ampliação recente do ensino superior público: elementos sobre o caso UFOP**. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Ouro Preto, MG, 2018. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1698/1/MONOGRAFIA_Reuni_Amplia %C3%A7%C3%A3oRecente.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1698/1/MONOGRAFIA_Reuni_Amplia%C3%A7%C3%A3oRecente.pdf) Acesso em: 10 nov. 2021.

BOTTONI, A.; SARDANO, E. J.; COSTA FILHO, G. B. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2021.

CHAVES, V.L.J.; MENDES, O. C. **REUNI - o contrato de gestão na reforma da educação superior pública**. ANPAE, 2009. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/352.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins** Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; e LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

DUARTE, J.S. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, a prática da cidadania e o exercício profissional**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/771/1/Jacildo%20da%20Silva%20Duarte.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses da Escola sem Partido: a esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: **Laboratório de Políticas Públicas da UERJ**, 2019. Disponível em: <https://goo.gl/m5yTWv> . Acesso em: 20 out. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, V. MACHADO-TAYLOR, M.L. SARAIVA, E.V. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. Artigo de Revisão. **Revista Ci. & Trop. Recife**, vol 42, n.1, 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647> Acesso em: 15 out. 2021.

RODRIGUES, G.M. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In: COLOMBO, S.S. RODRIGUES, G.M. & Colaboradores (org). **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Cap. 2, Porto Alegre: Penso, 2011.

SALES, E.C.S.S. ROSIM, D. FERREIRA, V.R.S. COSTA, S.H.B. O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. **Revista Avaliação**, v.24, n.3, Campinas, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/TwXXdzXm9X9YFy7kkFdYYSn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out 2021.

SILVA, V. **Ensino, pesquisa e extensão**: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, novembro de 2011. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

SÍVERES, L. **Processo de aprendizagem na extensão universitária – PAEU**, Brasília, UCB, 2013.

TREVISAN, E. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**: contextos, condicionantes e resultados de sua implementação. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, SP, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191147/trevizan_e_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em: 20 out. 2021.

Recebido em: 05/05/2022

Aprovado em: 12/06/2022

Publicado em: 15/06/2022